



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO
DISTRITO FEDERAL
Diretoria Presidencial
Consultoria Jurídica

Ofício N° 66/2023 - IGESDF/DP/CONJUR

Brasília-DF, 03 de janeiro de 2023.

Assunto: Ofício n° 9646/2022-GP

Senhor Conselheiro,

Cumprimentando-o cordialmente, reporto-me ao **Ofício n° 9646/2022-GP (99375408)** do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha a **Decisão n° 4674/2022** - TCDF, referente ao Processo n° 00600-00006589/2021-14-e, que trata da Representação em face de possíveis irregularidades no âmbito do Ato Convocatório n° 13-2021-IGES/DF, do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF, cujo objeto é a contratação de serviços especializados para recepção e atendimento nas unidades hospitalares.

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento:

- a) dos documentos acostados às peças 64/71, encaminhados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF;*
- b) da Informação n.º 42/2022- DIASP1 (e-DOC 9C9C63BD-e);*
- c) do Parecer n.º 960/2022-G4P (e-DOC B13B5F04-e);*

*II – considerar, em relação à **Decisão n.º 596/2022**:*

- a) satisfatoriamente atendidos os itens III.a.1 III.b;*
- b) prejudicada a determinação inserta no item III.a.2, bem como a verificação do cumprimento do item III.c no presente momento;*

III – alertar o IGESDF que:

- a) o não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, desta decisão do Tribunal pode ensejar a aplicação de multa aos responsáveis, conforme o disposto no art. 57, inciso IV, da LO/TCDF;*
- b) a verificação do cumprimento do item III.c da Decisão n.º 596/2022 ocorrerá em momento oportuno, em sede de futuras fiscalizações;*

IV – dar ciência desta decisão ao IGESDF;

V – autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para registro da diligência pendente de verificação (item III.c da Decisão n.º 596/2022), e posterior arquivamento.

Em resposta a **Superintendência da Unidade Central de Administração** em seu Despacho - IGESDF/DP/UCAD/SUCAD (100802098) esclareceu o seguinte:

Considerando Despacho - IGESDF/DP/DALOG (Doc. SEI/GDF n.º 100431938) exarado pela Diretoria de Administração e Logística solicitando informações quanto aos questionamentos da **Decisão n.º 4674/2022** - TCDF, referente ao Processo n.º 00600-00006589/2021-14-e, que trata da Representação em face de possíveis irregularidades no âmbito do Ato Convocatório n.º 13-2021-IGES/DF:

III - determinar ao IGESDF que:

a) inclua no(s) contrato(s) a ser(em) celebrado(s) em decorrência do Ato Convocatório n.º 64/2021, cláusulas que disciplinem:

1. os institutos da revisão, repactuação e reajuste, contemplando índices a serem utilizados, hipóteses de cabimento, prazo de solicitação, entre outros, observando:

i) quanto ao reajuste, que quando do primeiro reajustamento devido será aplicado, entre o IPCA e o IGPM, o índice que for mais vantajoso para o IGESDF, tendo em vista o disposto na Cláusula Nona da minuta de contrato, c/c o parágrafo segundo, in fine, do art. 34 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, devendo esse indexador econômico ser utilizado no caso de ulteriores prorrogações contratuais do ajuste;

ii) quanto à repactuação, o disposto nas convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais pertinentes;

2. as características mínimas do uniforme que deverá ser utilizado pelos empregados alocados na execução contratual;

b) em até 5 (cinco) dias após a celebração do(s) contrato(s) correspondentes, encaminhe a esta Corte cópia de documentação comprobatória do atendimento das diligências contidas no item II.a precedente;

c) faça constar em futuros instrumentos convocatórios de contratações do Instituto cláusulas que regulem os temas tratados no item II.a retro;

IV - dar ciência desta decisão ao IGESDF e ao patrono da empresa representante;

V - autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para os devidos fins.

Em face do exposto, a Superintendência da Unidade Central de Administração quanto ao quesito de nossa competência:

III - determinar ao IGESDF que:

a) inclua no(s) contrato(s) a ser(em) celebrado(s) em decorrência do Ato Convocatório n.º 64/2021, cláusulas que disciplinem:

1. os institutos da revisão, repactuação e reajuste, contemplando índices a serem utilizados, hipóteses de cabimento, prazo de solicitação, entre outros, observando:

i) quanto ao reajuste, que quando do primeiro reajustamento devido será aplicado, entre o IPCA e o IGPM, o índice que for mais vantajoso para o IGESDF, tendo em vista o disposto na Cláusula Nona da minuta de contrato, c/c o parágrafo segundo, in fine, do art. 34 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, devendo esse indexador econômico ser utilizado no caso de ulteriores prorrogações contratuais do ajuste;

ii) quanto à repactuação, o disposto nas convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais pertinentes;

2. as características mínimas do uniforme que deverá ser utilizado pelos empregados alocados na execução contratual;

c) faça constar em futuros instrumentos convocatórios de contratações do Instituto cláusulas que regulem os temas tratados no item II.a retro;

Isto posto, consoante processo de aquisição n.º 04016-00053770/2020-99 e instrumentos contratuais CONTRATO N.º 021/2022 (Doc. SEI/GDF n.º 84653511), CONTRATO N.º 022/2022 (Doc. SEI/GDF n.º 84654239) e CONTRATO N.º 023/2022 (Doc. SEI/GDF n.º 84654766) conforme cláusula abaixo descrita:

9. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA NONA - O contrato poderá ser Reajustado conforme disposições contidas no artigo 34, parágrafo segundo do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, inclusive levando em consideração o prazo de vigência estabelecido na cláusula quinta deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será admitida a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado desde que seja observado o interregno mínimo de um ano contado da data de assinatura do contrato, e seja demonstrada de forma analítica a alteração de custos relativos a mão de obra, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços, conforme disposto no Acordo ou Convenção Coletiva firmada da referida categoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada a inclusão por ocasião da repactuação de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A solicitação da Repactuação tem que ser feito durante a vigência do contrato ou do último Termo Aditivo, sob pena de Preclusão.

PARÁGRAFO QUARTO - O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice IGPM ou IPCA, entre a data da celebração contratual e a data do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se o índice sempre mais benéfico para o IGESDF.

Assim, foram atendidas por essa Superintendência as competências concernentes e que após orientação do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, todos os contratos relativos à prestação de serviços continuados tiveram a cláusula inclusa nos respectivos novos contratos pactuados, além disso, incumbindo-se a Gerência Geral de Logística de Serviços as tratativas relacionadas ao quesito:

2. as características mínimas do uniforme que deverá ser utilizado pelos empregados alocados na execução contratual;

Diante do exposto, solicita-se que a Gerência Geral de Logística de Serviços inclua as tratativas realizadas junto as empresas e definição das características mínimas fixadas.

Ante o exposto, encaminha-se o presente à Diretoria de Administração e Logística - DALOG para ciência, assim como envio à Gerência Geral de Logística de Serviços - GGLOG para proceder com o solicitado.

O **Núcleo de Segurança UCAD/UPH** (101367952) em complemento das informações solicitadas relatou os seguintes pontos abaixo relacionados:

"Inicialmente, esclarecemos que este Núcleo de Segurança, assim como à Gerência Operacional não são demandantes do serviço contratado, conforme pode se observar do Despacho ??????, contudo por solicitação, elaboramos o elemento técnico e conduzimos o processo para evitar o risco de desabastecimento.

Continuamente, consultando os autos do Processo SEI nº 00600-00002325/2022-72, o qual trata da Decisão 596/2022, constatamos que a época da solicitação do TCDF, este processo não tramitou na Gerência Operacional e ou este Núcleo de Segurança, sendo que em reiterados despachos, foi solicitado o cumprimento da Decisão 596/2022 (Doc. SEI/GDF nº 99612577), vejamos:

Despacho - IGESDF/DP/ASPRE (82269645);

Despacho - IGESDF/DP/DALOG (82903340);

Despacho - IGESDF/DP/UCAD/SUCAD/GGADM (82955221); e,

Despacho - IGESDF/UCAD/SUCAD/GGADM/GCONT (83119557)

Em resposta as solicitações, foi proferida Nota Informativa nº 47/2022 - IGESDF/UCAD/SUCAD/GCONT/NUFOR (83137260), que aduz:

"[...]

2. Informa-se que as determinações contidas na Decisão nº 596/2022 (82269530) estão sendo atendidas no Processo 04016-00053770/2020-99."

Da mesma forma, recorremos ao Processo SEI 04016-00053770/2020-99 e constatamos o Memorando Nº 598/2022 - IGESDF/UCAD/SUCAD/GCONT/NUFOR (83144303), onde sem prejuízo de sua leitura integral, nos reservamos a transcrever as informações abaixo:

"[...]

2. A Gerência de Contratos apresentou o Memorando Nº 140/2022 - GCONT (83121384) informando da Decisão nº 596/2022 (82181937) da Secretaria das Sessões do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

3. O Núcleo de Formalização atendeu as determinações referentes aos Contatos (83140943, 83141055 e 83141156).

[...]" (destacamos)

Observando os contratos citados, consta dos mesmos sobre o tema "**uniforme**" o que se segue:

"[...]

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA compromete-se a:

[...]

t) A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

[...]

aa) Manter pessoal devidamente identificado pelo uso de crachás e uniformizado de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhe uniforme completo, dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis;

ab) O primeiro conjunto do uniforme deverá ser entregue no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato;

ac) O uniforme deverá ser entregue mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de trabalho e nem ser exigido a devolução do uniforme antigo por ocasião da entrega dos novos;

ad) Responsabilizar-se pela conservação dos uniformes, que deverão ser adequados ao tipo de serviço da categoria profissional contratada, fornecendo-os e substituindo-os semestralmente de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ou quando necessário;

ae) Deverá a CONTRATADA fornecer uniformes apropriados às gestantes, substituindo-os sempre que estiverem apertados ou inadequados;

[...]

ah) Exigir, de todos os seus funcionários, apresentação de forma condizente com o ambiente de trabalho, devendo todos trajar uniforme limpo, passado, e, no caso masculino, unhas e cabelos cortados e barbas feitas e, no caso feminino, além da boa apresentação dos uniformes, os cabelos deverão ser presos ou curtos, unhas bem feita e rostos com discreta maquiagem;

[...]

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato de cada Unidade do IGESDF, mensalmente, com base no Acordo de Nível de Serviço, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta deste Instrumento Contratual.

[...]

PARÁGRAFO TERCEIRO - Cabe ao Fiscal do Contrato, verificar o período de substituição e a vida útil de uniformes, materiais e demais equipamentos utilizados na execução do Contrato.

[...]"

Ou seja, o Núcleo de Formalização aparentemente se ateve ao que constava do Elemento Técnico nº 4/2021 (58471008), sem efetivamente "cumprir" a solicitação proferida na Decisão nº 596/2022 (82181937).

Cumpre destacar que atualmente todas as recepcionistas destes IGESDF trabalham devidamente uniformizadas em conformidade com a Cláusula Oitava, item "ad", ou seja, os uniformes são "adequados ao tipo de serviço da categoria profissional contratada".

Assim, entendemos que as características mínimas do uniforme utilizado pelos empregados alocados na execução contratual estão sendo atendidos, embora não constem expressamente no contrato firmado.

Por derradeiro, com muito acatamento e respeito, sugerimos o envio dos autos a GGADM, GCONT e NUFOR para manifestação, uma vez que estas foram demandadas à época para cumprimento da decisão em tela questionada o que poderá complementar a resposta a ser apresentada ao TCDF.

Por fim a **Diretoria de Administração e Logística** (102379973) encaminhou as informações das áreas técnicas a esta Consultoria Jurídica, para as providências necessárias.

Dessa forma, tem-se que a solicitação do Egrégio Tribunal, restou plenamente atendida, não havendo, por ora, outras informações a serem prestadas.

Colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, aproveito a oportunidade para renovar votos de apreço, estima e consideração.

Atenciosamente,

 <p>IGESDF INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL</p>	<p>RADAM NAKAI NUNES Consultor Jurídico -Chefe Instituto de Gestão Estratégica de Saúde - IGESDF E-mail: radam.nunes@igesdf.org.br</p>
---	--

De acordo,



MARIELA SOUZA DE JESUS
Diretora-Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro
Tribunal de Contas de Distrito Federal
Praça do Buriti - Palácio Costa e Silva
Brasília/DF, CEP 70.075-901



16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIELA SOUZA DE JESUS - Matr.0000859-6, Diretor(a)-Presidente**, em 10/01/2023, às 14:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **103003037** código CRC= **E90DD6D8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Brasília - DF - Bairro Asa Sul - CEP 70335-900 - DF
35508900
Site: - igesdf.org.br